

A corrupção entre o passado e o futuro

A escola de promiscuidade bilionária entre grandes empreiteiras e autoridades governamentais no Brasil não é uma questão de decência ou indecência. Não é uma questão de honestidade ou banditismo. Não é uma questão moral. É só uma questão de tempo: vai mudar porque vai ter de mudar.

UGÊNIO BUCCI*

Fevereiro 2016 | 02h55

Pode parecer ingênuo afirmar uma coisa dessas em frases tão categóricas. Pode parecer wishful thinking, um devaneio de Poliana. Não obstante, se o improvável autor tiver um tempinho para se distanciar dos argumentos apaixonados mais eufemísticos, esses que voam como mísseis balísticos de cá para lá e de lá para cá, poder entender que, sim, a forma brasileira de corrupção é uma questão de tempo.

Deixemos um pouco de lado, por alguns minutos, o histriônico furor moralista que se deblatera sobre o assunto. Deixemos de lado as exacerbações um tanto palhaçadas, com sua comicidade de ópera-bufa e pastelão ideológico, com que políticos e seus bajuladores se acusam de larápios, de vigaristas, de sacripantas (melhor, porque a pior, de todas as palavras ofensivas; parece nome de verme intestinal). Deixemos de lado a presunção dos tucanos incultos que falam da atuação estatal como se fossem eles mesmos seres angelicais e não tivessem a consciência da invenção da tecnologia contábil que tornou viáveis os mensalões. Deixemos de lado as lúlicas veleidades dos que consagram ao PT a glória imensa por “equipado” a Polícia Federal, dando-lhe independência funcional e miras telescópicas. Se o PT deu alguma contribuição exclusiva às investigações qu

Brasil está mudando também, isso se deve a pressões (positivas) que vêm de fora do dentro. O Brasil tem de mudar para não perder a compatibilidade com a linguagem do mercado global e para estar em linha com os novos protocolos do comércio mundializado.

Recapitulemos uns poucos lances dessa grande transformação. Nos Estados Unidos o Foreign Corrupt Practices Act (FCPA), adotado em 1977, elegeu como alvo os executivos de empresas americanas que subornavam autoridades fora do país. A lei sofreu várias emendas (1988, 1998, 2012) e segue influenciando o comportamento dos chamados players internacionais. Do outro lado do Atlântico, o UK Bribery Act (UKBA), aprovado em 2010, deu novo impulso na mesma direção.

Acordos multilaterais vieram, em 1997, com a Anti-Bribery Convention, da OCDE e logo depois, em 2003, com seu equivalente na ONU, a UN Convention Against Corruption (Uncac). O Brasil aderiu à convenção da OCDE em 2000 e desde então sob a força desse e de outros dispositivos internacionais, está constrangido a mostrar esforço e apresentar resultados efetivos no combate à corrupção. Sem esses resultados a legislação nacional e o setor empresarial privado ficariam no atraso, no desatualismo, no acostamento, desconectados do mercado externo. O combate a negócios escusos de antigamente é um imperativo de um novo marco temporal.

A mudança, aqui ou fora daqui, não é obra de vestais. Os vetores que impeliam (e impulsionam) as organizações internacionais a combater a propina e a prevaricação são os mesmos que levaram a dramas de consciência de especuladores e financistas feitos de pura ganância. O problema estava (e está) no bolso deles. O capitalismo declarou guerra à corrupção porque os peixes grandes se cansaram de perder dinheiro e clientelas para os gatunos cafonas e seus amigos aboletados em cargos públicos. E também porque as autoridades dos países centrais não querem mais saber de instituições financeiras que sirvam de abrigo às fortunas do terrorismo, do tráfico de drogas e da evasão fiscal.

Um exemplo clássico foi a evasão fiscal nos Estados Unidos que levou as autoridades americanas a negociar com os bancos suíços, que logo trataram de se adaptar às novas regras. Nos anos 1990 acabaram com as contas numeradas (secretas). Deixaram de ser bons escondidos para traficantes, terroristas e, repitamos a tal palavra, sacripantas e criminosos em geral. Não dava mais. Agora, até mesmo na visão da própria Justiça de seu país, as instituições bancárias da Suíça andam exagerando em solicitude. Ontem mesmo

...negócios, algo entre o sangüíneo, a acumulação primitiva, e patrimonialismo, chamado “crony capitalism”, caiu na obsolescência. Mais cedo ou mais cedo ainda virá aposentada.

EUGÊNIO BUCCI É JORNALISTA, PROFESSOR DA ECA-USP